

CONVIVENDO COM CATADORES: SAÚDE DO TRABALHADOR E EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

LIVING WITH COLLECTORS: WORKER HEALTH AND SOLIDARY ENTERPRISE

Matheus Fernandes de Castro¹

Laís Cruz Martins de Miranda²

¹ Professor do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atua nas áreas da Psicologia Ambiental, Psicologia Social, Estudos do Cotidiano e Tecnologias Digitais.

² Psicóloga Graduada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Especialista em Psicologia Clínica. Hospitalar e Reabilitação pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

Resumo: Nessa experiência pretendíamos construir, juntamente com os trabalhadores de uma cooperativa no interior do estado de São Paulo, possibilidades de compreensão e intervenção em saúde do trabalhador que fizessem sentido para os mesmos, unindo o saber acadêmico/científico ao saber prático construído no cotidiano de trabalho. Para isso, estabelecemos uma convivência semanal com estes trabalhadores. Os frutos desse projeto apresentaram-se como pequenas alterações no cotidiano de trabalho e um grande enriquecimento da discussão sobre o tema dentro da cooperativa, bem como no desenvolvimento dos acadêmicos que direta - ou indiretamente -, participaram desta experiência.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Trabalho; Cotidiano; Cooperativismo; Economia Solidária.

Abstract: In this work, we aimed to construct, together with the workers of a cooperative - in the interior of the state of São Paulo - possibilities of understanding and some interventions in workers' health that made sense to the workers, joining the academic/scientific knowledge with their practical knowledge made daily at work. For this, we established a weekly coexistence with these workers. The products of this project were presented as small changes in daily work, a great enrichment of the discussion about the subject, in the enterprise as a whole, and a great development of the academics who directly or indirectly participated in this experiment.

Keywords: Worker's Health; Job; Everyday life; Cooperativism; Solidarity economy.

Resumen: En esa experiencia pretendíamos construir, junto con los trabajadores de una cooperativa -en el interior del estado de São Paulo-, posibilidades de comprensión e intervención en salud del trabajador que hicieran sentido para los trabajadores, uniendo el saber académico/científico al saber práctico construido en el cotidiano de trabajo. Para ello, establecemos una convivencia semanal con estos trabajadores. Los frutos de este proyecto se presentaron como pequeños cambios en el cotidiano de trabajo, un gran enriquecimiento de la discusión sobre el tema, en el emprendimiento como un todo, y un gran desarrollo de los académicos que directa, o indirectamente, participaron de esta experiencia.

Palabras clave: Salud del Trabajador; Trabajar; Cotidano; Cooperativas; Economía Solidaria.

1 Introdução

Relata-se aqui nossa experiência de estágio específico (quarto e quinto anos do Curso de Psicologia) junto a um empreendimento popular de catadores de material reciclável, vinculados aos princípios do cooperativismo e da economia solidária na cidade de Assis, no interior do estado de São Paulo. Nosso principal objetivo foi contribuir com a promoção da saúde dos trabalhadores, bem como com o processo de fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária no empreendimento em questão. Tudo isso sem perder de vista a

importância de favorecer uma formação profissional crítica para os estagiários e a construção de um conhecimento sobre saúde do trabalhador que seja coerente, tanto para a academia quanto para os grupos populares.

Em nosso núcleo de estágio, temos tratado de questões pertinentes à saúde do trabalhador como um fenômeno social vinculado ao contexto político/econômico, com reflexos diretos na forma como o trabalho é organizado e na maneira como vivenciamos o nosso cotidiano. Por isso, desenvolvemos com os alunos supervisões teóricas buscando compreender as transformações do mundo do trabalho e seus impactos na subjetividade.

Tal compreensão nos permitiu delimitar as fronteiras e as conexões que se estabelecem entre os fenômenos sociais e a saúde do trabalhador. Esse conhecimento possibilitou, em consequência, vislumbrar as formas de intervenção junto aos grupos, ou seja, um referencial metodológico para nortear nossas ações no sentido da construção de uma intervenção e de um saber, que fosse fruto do encontro e da negociação entre o mundo acadêmico, de formação de profissionais psicólogos, e o mundo do trabalho. Nessa relação, entendemos o trabalhador como alguém que é capaz de ressignificar os produtos culturais da sociedade, ou seja, como um sujeito ativo diante do mundo e do trabalho.

1.1 Mundo do trabalho e saúde do trabalhador no cotidiano

Ao olharmos para a História, podemos constatar as inúmeras transformações socioeconômicas que remodelaram os modos de produção e as relações de trabalho preexistentes. Contudo, não nos cabe, aqui, recuperar e analisar todo esse passado, mas sim fazer uma breve contextualização para que possamos compreender o momento atual a partir das transformações mais recentes, para evidenciar o que norteou nossa experiência junto aos trabalhadores.

Na década de 70, o mundo se vê às voltas com o Toyotismo que, já na década seguinte, começaria a impactar o sistema produtivo nacional. Contudo, é a partir da década de 90 que essas transformações se intensificaram, em nosso país, devido à ascensão das políticas neoliberais (ALVES, 2011; ANTUNES, 1999). Essa mudança implicou em um Estado cada vez mais diminuído em sua atuação, principalmente no que diz respeito à economia, destacando-se, deste modo, a hegemonia do mercado na relação capital-trabalho.

As medidas neoliberais tiveram influência significativa em setores como o da educação e no atendimento das demandas sociais, sendo essas

últimas, muitas vezes, atribuídas como responsabilidade da sociedade civil (ONG's e OCIP's). Além disso, com a entrada cada vez maior de novas tecnologias no mundo do trabalho e com a crescente automação do processo produtivo industrial, houve significativo aumento do desemprego estrutural e uma constante precarização dos postos de trabalho, intensificando, expressivamente, a informalidade e a terceirização de serviços. Neste contexto, houve um acirramento das desigualdades sociais e da busca por alternativas de geração de trabalho e renda. (BRANCALEONI, BORGES, 2002).

Segundo Antunes (2018), atualmente vivemos um período de grande aumento da precariedade, em um mercado de trabalho global que apresenta uma nova morfologia da classe que vive do trabalho. As inovações tecnológicas e o surgimento do infoproletariado são os reflexos hodiernos de uma economia assentada nas novas tecnologias digitais que conectam e desconectam sistemas produtivos no mundo todo. Esses elementos interferem contundentemente no trabalho, aumentando o desemprego e favorecendo, - não de forma proporcional a ele -, o surgimento e o fortalecimento de outras formas de trabalho e renda.

Frente a este cenário que vinha se configurando a partir da década de 70, a Economia Solidária se fortaleceu no Brasil na década de 80, como uma alternativa à lógica excludente do capitalismo, consolidando-se como uma possibilidade de sobrevivência das camadas excluídas da população (SINGER, 2002). A Economia Solidária manifesta-se em diferentes formas organizativas que são denominadas de empreendimentos solidários. Seus princípios gerais são: autogestão, cooperação e horizontalidade nas relações sociais.

Nesta forma de organização está inserida a Cooperativa, que é um empreendimento social de caráter econômico, constituída como uma empresa coletiva, que em seu modelo de gestão não visa ao lucro. Uma de suas características é a participação política e o poder de decisão igualitário entre seus membros associados (ADDOR, 2011). Dentro desta concepção, podemos identificar valores opostos aos de nosso modo de produção predominante, que promove a competição e o individualismo em um mercado cada dia mais exigente e inconstante e que tem acarretado inúmeros problemas à saúde mental dos trabalhadores, como nos mostram Pagés (1990), Lima (1996), e Silva-Júnior e Fischer (2018). Na Economia Solidária, verifica-se a importância do diálogo entre os trabalhadores e a valorização integral do ser humano dentro da organização.

Contudo, o que temos observado é que, mesmo dentro dos empreendimentos solidários, os problemas do modo de produção capitalista acabam se reproduzindo e gerando um grande número de

problemas para a saúde desses trabalhadores (SÍCOLI, 2007). Desta forma, em nossa intervenção, buscamos contribuir para o processo de promoção de saúde do trabalhador dentro da Cooperativa de Catadores de Material Recicláveis de Assis e Região (COOCASSIS). Esse empreendimento, que em seu Estatuto tem como objetivo a destinação do material reciclável da região, foi fundado em 2001, através da organização de 20 catadores que trabalhavam nas ruas do município de Assis. Eles foram apoiados pela INCOP (Incubadora de Empreendimentos Populares) e pela Cáritas-Diocesano (entidade da Igreja Católica). Atualmente, esse empreendimento possui mais de 100 cooperados e continua sendo incubado pela INCOP.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), saúde é um estado de completo bem estar físico e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade. A construção teórica sobre a saúde a que nos referimos neste estudo converge com o que diz a OMS sobre a ausência de sintomas não ser sinônimo de saúde. Contudo, divergimos da compreensão de um equilíbrio quase estático que a expressão "estado de bem estar absoluto" possa trazer para a definição: acreditamos que definir saúde implica em considerar um movimento constante do sujeito entre dois polos opostos: a saúde/vida e a doença/morte (DEJOURS, 1986; 1992; 2005; MINAYO-GOMEZ & LACAZ, 2005; SATO, 1993). Desta forma, a saúde é compreendida aqui em seu sentido mais abrangente, ou seja, como uma produção que se dá na relação do indivíduo com o sistema dinâmico de seu psiquismo, com a compreensão e o controle da organização de seu trabalho e com o contexto socioeconômico em que está imerso. Compreendemos que os indivíduos não são saudáveis ou doentes, mas apresentam diferentes graus dessas experiências em suas condições de vida.

A percepção de saúde e doença de cada indivíduo está relacionada com a sua percepção de vida, que por sua vez se dá em contextos contraditórios marcados por diferenças culturais, sociais, econômicas e individuais."(SOUZA e OLIVEIRA, 1998; p. 48).

Partindo disso, fomos encontrar nos estudos do cotidiano as possibilidades para a construção de uma reflexão que permitisse analisar a relação dos trabalhadores com o que eles reconhecem como saúde, para confrontarmos com nossa compreensão e produzirmos uma reflexão sobre isso. Assim buscamos os sentidos do conceito de saúde que estas pessoas constroem em seu cotidiano, para que, juntos, possamos elaborar soluções que venham a ser desejadas, compreendidas e efetivamente executadas pelo grupo. Como referencial teórico adotamos Peter Spink (1996; 2003; 2008; 20012), Leny Sato (1993; 1997; 2002; 2006; 2009; 2011), Michel de Certeau (1994; 1995), Dejours (1986; 1992; 2005),

entre outros autores, que muito têm contribuído para estudos sobre o cotidiano, organizações de trabalho e a saúde do trabalhador. Esses autores reconhecem a necessidade e o valor de buscarmos os saberes construídos no dia a dia de realização das atividades laborais. Compreendem a importância do saber popular e da cultura, afirmando assim, que a construção de alternativas não pode e não deve ser, somente, pautada no saber do cientista, ou do técnico, mas em uma negociação entre saberes: é necessário construir uma simetria entre os saberes para que seja possível uma reflexão não preconceituosa e parcial da realidade.

2 Aspectos metodológicos da convivência com os trabalhadores

Recorremos à etnografia e a pesquisa ação, como referenciais metodológicos para a realização deste trabalho, por entendermos que são métodos complementares (NEVES, 2006). A primeira, nos leva ao estabelecimento de uma convivência prolongada que permite uma descrição densa da realidade (GERTZ, 1989), através da qual podemos chegar a certa compreensão das teias de significados construídas no cotidiano, pelo grupo. A segunda, ou seja, a pesquisa ação favorece uma posição bastante ativa e interventiva de quem está buscando o conhecimento: possibilita uma convivência colaborativa com aqueles a quem se estuda. Assim, estabelecemos formas para a reflexão, a compreensão e a produção de alternativas para a promoção de saúde dos trabalhadores, junto a eles e em seu local de trabalho. Os aspectos éticos foram constantemente discutidos, seja na construção da proposta, como em seu desenvolvimento, na análise dos resultados, além disso, se encontram em conformidade com a Resolução nº 510/2016.

Para a realização deste estágio, partimos de uma parceria com a Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP (INCOP), para a escolha dos grupos de trabalhadores que seriam atendidos por nosso projeto de estágio. Fomos ao encontro dos trabalhadores informando nossos objetivos e questionando o possível interesse deles em participar. Inicialmente, seis grupos se interessaram pela proposta, mas devido ao reduzido número de bolsistas e voluntários, negociamos a possibilidade de começarmos atendendo quatro deles. Neste trabalho, tratamos da vivência estabelecida com apenas um desses grupos, onde os autores realizaram suas atividades. Essa escolha foi feita com base na qualidade da experiência de convivência e da sistematização dos dados produzidos, durante o campo.

Após os contatos iniciais com a direção da cooperativa e a definição do grupo de trabalhadores que acompanharíamos, passamos a negociar a frequência de nossas visitas. Estabeleceu-se o acompanhamento semanal

durante a realização de suas atividades de trabalho, para que pudéssemos apreender o cotidiano de trabalho e sua relação com aspectos vinculados à saúde do trabalhador. Então, conseguimos dar início a construção de um espaço coletivo de discussão sobre o tema, relacionando-o ao cotidiano de trabalho destas pessoas. As discussões foram motivadas por fatos do dia a dia de trabalho, que eles acreditavam se relacionar com o que entendem por saúde do trabalhador. Tais fatos foram retomados através da memória recente, ou não, sobre a realização de suas atividades.

Além do grupo de discussão, também participamos de reuniões de trabalho e eventos sociais do empreendimento. Após cada encontro, foi elaborado um diário de campo, trazendo os principais fatos para as supervisões, onde compartilhávamos, com os outros estagiários, as experiências e refletíamos sobre os fatos vivenciados, buscando planejar novas formas de intervenção para serem discutidas com o grupo de cooperados.

Adotamos o diário de campo, pois segundo Sato e Souza (2007), ele permite uma análise dos dados que se processe concomitantemente a inserção no campo. Acreditamos que assim a produção de conhecimento oriunda dessas práticas supracitadas, permitiria um processo constante de avaliação, tanto da análise que fazemos dos dados, como da orientação que estamos dando ao trabalho e às nossas ações. A análise da convivência com os trabalhadores partiria, então, da leitura e releitura do diário de campo, das discussões durante as supervisões semanais, com os outros estagiários, e do processo de feedback estabelecido nos grupos de discussão junto aos catadores.

Tudo isso nos permitiu, – além de coletar dados, produzir análises e elaborar iniciativas para a promoção da saúde do trabalhador –, melhorar o aprendizado de nossos estagiários e de outros alunos do Curso de Psicologia, já que um dos resultados desta intervenção foi a criação de uma disciplina obrigatória no Projeto Político Pedagógico: Trabalho e Cotidiano. Também permitiu vislumbrar ações futuras para a implementação de programas de saúde no trabalho, que seriam geridos pelos próprios trabalhadores, como a criação de uma equipe dentro do empreendimento, que serviria para dar manutenção a este tipo de discussão e de ações.

3 Convivendo com os catadores

Os dados apresentados a seguir não foram organizados necessariamente, na mesma sequência das reuniões realizadas com os grupos, apesar de em alguns momentos, para guardar certa coerência e facilitar a exposição e a compreensão, respeitamos a ordem temporal.

Dessa forma, procuramos agrupar os dados, principalmente, pelo seu conteúdo, para que a leitura se torne mais fluida e oportuna, podendo revelar o verdadeiro resultado de nossos esforços.

Primeiramente, realizamos alguns encontros semanais na cooperativa de catadores, para que conhecêssemos melhor as pessoas e pudéssemos estabelecer vínculos com os trabalhadores, onde o seu saber prático e o nosso saber de especialista pudessem dialogar de maneira evidente para ambos (CERTEAU, 1994; 1995). Logo após os primeiros encontros de aproximação, começamos nossa tentativa de articulação entre as possibilidades que vislumbrávamos de promoção de saúde no trabalho e o saber-fazer do público ao qual se destinou (no caso os cooperados). Tentamos compreender e organizar os fatos apresentados e discutidos pelo grupo em relação ao seu cotidiano de trabalho, para que a promoção de saúde, a economia solidária e o cooperativismo fossem pensados durante as discussões com os trabalhadores, no sentido do fortalecimento desses princípios no empreendimento. Todas essas ações foram realizadas dentro do que preconiza Spink (1996; 2003; 2008) sobre a simetria que deve haver na relação entre o pesquisador/interventor e o pesquisado/sujeito, para que as negociações cotidianas que produzem a organização sejam explicitadas de maneira mais ampla, gerando maior compreensão da realidade vivida, bem como melhores possibilidades para a sua transformação.

Nesta perspectiva, chegamos a uma primeira e fundamental compreensão desta realidade de trabalho: é preciso desmistificar a cooperativa como sinônimo de harmonia e ausência de conflitos. Conforme aponta Sato (2011), em cooperativas autogeridas, a cooperação formal e a conformação de acordos coletivos exigem, simultaneamente, o confronto ou a competição entre pontos de vista que devam contemplar “o espaço para o encaminhamento e a resolução de conflitos, que é o espaço para a negociação possível tanto em relação aos próprios cooperados, como em relação à posição da cooperativa” (p. 8). Portanto, infere que cooperação e competição podem conviver de forma inusitada e complexa, dependendo do contexto, da estrutura e dos valores sociais, incluindo a história, a tradição e a cultura em que se estabelecem.

Na exposição dos conflitos cotidianos e de suas dificuldades, as pessoas reclamaram da falta de envolvimento dos colegas com a resolução dos problemas relativos à organização do trabalho, fundamentalmente de duas formas diferentes. Muitos consideram que alguns trabalhadores não compreendem bem os princípios do trabalho cooperativo e só querem executar tarefas, sem contribuir para a elaboração dos planos de trabalho e para as perspectivas futuras do grupo. Os que se sentiram acusados se defenderam, afirmando que há um grupo que se acostumou com o exercício de certo poder vinculado aos

cargos da diretoria dos empreendimentos e que ele não permitiria que as ideias das outras pessoas fossem levadas em consideração.

Ressaltaram que muitos criticam os diretores, mas não querem tomar parte das discussões, nem mesmo participar de capacitações e cursos sobre economia solidária e cooperativismo. Reclamaram ainda de certo esvaziamento das assembleias e de reuniões dentro do empreendimento. Contudo, fazem questão de lembrar que isso não é a tônica, pois ainda existem aqueles que se lembram da história do grupo e buscam manter vivos a solidariedade e o cooperativismo. Apesar disso, reclamam da falta de engajamento de alguns colegas como algo que gera certo desgaste psíquico, pois seriam obrigados a, constantemente, ter que ficar lembrando as pessoas que ali ninguém tem chefe e que todos precisam colaborar de alguma forma.

A falta de participação nos processos de decisões coletivas, além de revelar a ausência de preparo ou de disposição para participar democrática, solidária e cooperativamente de um trabalho dessa natureza, demonstra que alguns têm reproduzido a lógica comum da relação patrão/empregado (um pensa e empreende e os outros se submetem e executam). Isso, além de ser um indicativo ruim para as aspirações solidárias e cooperativas do grupo, aponta para o enfraquecimento de um fator básico na manutenção da saúde mental dos trabalhadores, no ambiente de trabalho: a concepção das atividades. Para Dejours (1992), a possibilidade de participar da concepção do trabalho é fundamental para o sofrimento criativo, ou seja, para uma boa manutenção da saúde mental do trabalhador no ambiente do trabalho. Neste caso, àqueles que participam das assembleias e outras reuniões de deliberação dentro da cooperativa, este tipo de empreendimento oferece uma possibilidade de construir uma relação saudável, mentalmente falando, com o trabalho. Contudo, àqueles que se negam a participar, não há coerência em obrigar, mas sim tentar convencer que tal atitude tem implicações ruins, não só para quem não participa, mas para todo o grupo.

Outro fato que mereceu destaque durante as rodas de conversa foi o processo de entrada de novos associados no grupo. Uma cooperada afirmou estar há três meses no empreendimento e não ter participado de nenhuma assembleia e não se julgava completamente informada de suas especificidades, em comparação a outros tipos de empreendimentos. Isto evidenciou ao grupo que, apesar do que haviam dito anteriormente, sobre os mais antigos, existia certa falta de comunicação entre veteranos e novatos, no sentido de apresentar para os que chegam quais são os fundamentos do cooperativismo e da economia solidária. Relataram que devido ao grande fluxo de trabalho, enfrentam, diariamente, dificuldades para passar aos mais novos os princípios de cooperação e de solidariedade, bem como para mostrar, de forma efetiva, a importância da

apropriação da organização do trabalho para uma boa realização das atividades cotidianas e para a promoção da saúde no empreendimento. Tais afirmações convergem com o que dizem Dejours (1992) e Sato (1993) ao organizarem suas definições de saúde no trabalho.

Por esta razão, os trabalhadores constataram a necessidade premente de uma efetiva discussão do coletivo sobre as diretrizes a serem desenvolvidas na cooperativa, onde, a princípio, o poder de decisão não deve estar centralizado em apenas uma pessoa, como nas empresas capitalistas tradicionais. Porém, como ressaltaram alguns cooperados, é muito difícil para a maioria dos trabalhadores assimilarem essa nova condição, oposta à de subordinação em que alguns foram condicionados por suas experiências anteriores de trabalho desumanizado (SATO, 2011).

Diante dessas observações, o grupo entendeu que eram necessárias algumas medidas para a integração mais efetiva dos novos membros: a realização de cursos sobre o cooperativismo, o estudo da legislação, estatuto e regimento interno, bem como o conhecimento da estrutura e do funcionamento da cooperativa e dos direitos e deveres do associado. Durante a discussão, uma das trabalhadoras lembrou o Art.3º da Lei nº12.690, de 19 de julho de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas, um dos princípios e valores mencionados para uma Cooperativa de Trabalho é a educação, formação e informação. Afirmaram, ainda, que esses valores são imprescindíveis para que haja o desenvolvimento cultural e profissional dos associados, bem como para se pensar em qualquer possibilidade de promoção de saúde, pelos próprios cooperados.

Se, durante as discussões iniciais, o vínculo entre suas condições de trabalho e a saúde do trabalhador apareceram de forma menos direta e mais vinculada à possibilidade de concepção do trabalho, num segundo momento estes encontros proporcionaram uma aproximação maior com a temática da saúde e segurança no trabalho, a partir de fatos que atingem ao corpo do trabalhador: foram citados muitos casos de problemas físicos gerados por carregar excesso de peso e pela realização de movimentos repetitivos, apesar das muitas recomendações dos colegas para o cuidado que se deve ter durante a realização das atividades.

As cooperadas trouxeram também questões relativas a alguns acidentes mais graves que ocorrem no ambiente em que trabalham: perda da ponta do dedo de uma cooperada enquanto manuseava a esteira; queda do caminhão; uma cooperada que teria perdido uma das mãos ao manusear uma prensa (em outro empreendimento de catadores da região); entre outros. Atribuíram tais ocorrências a falta de treinamento, por um lado, e a teimosia de algumas pessoas, por outro. Acreditam que é preciso informar melhor a todos, mas que as pessoas

também precisam se comprometer com a busca de uma ação mais segura no momento da realização do trabalho. Os argumentos que as cooperadas usam para explicar os acidentes contrariam o pensamento de Dejours (1992; 2005). Para este autor, uma maior implicação com o trabalho, que leva a um aumento da utilização de equipamentos e procedimentos de segurança, tem relação direta com a possibilidade de o trabalhador poder participar da organização do trabalho. Treinamentos não permitiriam, ainda segundo o autor supracitado, um comprometimento duradouro por parte dos trabalhadores.

No tocante a este assunto, ainda destacaram que algumas ocorrências cotidianas poderiam ser evitadas se todos aderissem ao uso adequado dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual): luvas, capacete, protetor auricular, botas, avental e etc. Aliado a isso, também lembraram dos EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) igualmente importantes para a realização do trabalho. Observou-se através das falas dos cooperados que, apesar de estarem cientes dos perigos ao qual são expostos diariamente, muitas vezes, negligenciam o uso prescrito desses equipamentos de proteção. A justificativa é o desconforto na execução de suas tarefas. No caso das luvas, botas, vestimentas o calor é o fator mais destacado para o não uso.

Muitas vezes destacaram que a presença de papelão e plástico em grande quantidade no local é um foco facilitador para a ocorrência de incêndios. Durante a discussão para buscar alternativas a esse risco e a outros, citaram a necessidade da criação de uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) formada por um conjunto de trabalhadores do próprio empreendimento, treinados para atuar na prevenção e combate de incêndios. Este fato revela as experiências anteriores dos trabalhadores em empresas onde havia uma CIPA instaurada. Neste momento, foi pensado e discutido, com os trabalhadores, a constituição de uma Comissão como essa, dentro da cooperativa. Alguns se empolgaram e até citaram que uma das colegas que estava cursando uma escola de Curso Técnico em Segurança no Trabalho, mas infelizmente, durante o tempo em que estávamos lá, isso não se consolidou.

O grupo levantou, também, a questão do risco de contaminação como causador de muita preocupação. Relataram ter que conviver com a sujeira que fica acumulada nas vestimentas, causando mau cheiro, e que este era proveniente das 'bags' que não estavam sendo limpas corretamente. Discutiram várias ações de limpeza e organização do ambiente de trabalho que julgavam ser necessárias e um grupo foi destacado para conversar com a diretoria, para que algumas providências fossem tomadas. Na reunião seguinte, era possível observar a satisfação ao nos contar que limpavam e organizaram o pátio onde acumulavam parte do material que coletavam. Estavam contentes com as

transformações e com os comentários de apoio dos colegas. Foi possível perceber o que afirma Dejours (1992) sobre a importância de participar da organização do trabalho para a promoção da saúde mental entre os trabalhadores, pois conceberam o trabalho, obtiveram o reconhecimento dos pares e, por consequência, aumentaram sua identificação e implicação com o trabalho, pois seguiram refletindo sobre seus problemas e planejando novas soluções.

Nessa reunião decidiram se aprofundar no problema da contaminação e falaram sobre algumas cozinheiras que transitavam fora da cozinha, pela cooperativa, com as roupas de proteção usuais, avental e touca e, com isso, aumentavam o risco de contaminar a comida, podendo até causar uma epidemia. Em seguida, o tema se ampliou para a falta de limpeza dos banheiros, que, segundo eles, era uma questão que figurava na lista de descontentamentos do grupo. Diante de suas próprias denúncias, começaram a relatar práticas cotidianas de promoção de saúde frente ao medo de adoecer no trabalho: o reforço da higiene pessoal em práticas como o uso de sabão em barra com álcool, sempre guardado no bolso de uma cooperada como garantia de limpeza; como cuidavam da roupa de trabalho quando chegavam em casa; como circulavam por alguns lugares, ou como realizavam certas tarefas para não se sujar e entre outras coisas. Mais seguros e mais comprometidos com seu papel dentro do empreendimento, se sentiram mais à vontade para expor problemas e negociações cotidianas que revelam a organização como um fenômeno psicossocial, como preconiza Spink (1996).

Ao longo das reuniões, as cooperadas comentaram sobre práticas que adotavam em situações que julgavam ter sido contaminadas por alguma coisa, no trabalho: o uso de chás no combate a doenças ou indisposições, alguns medicamentos que tomavam sem prescrição médica e nos casos mais graves a busca de atendimento no serviço público de saúde. Também destacaram uma precaução em especial, que as mulheres, trabalhadoras desses empreendimentos – a esmagadora maioria – devem ter cotidianamente: a substituição da calça jeans (facilitadora de afecções como a candidíase) por roupas de algodão, etc. Tais práticas revelam saberes produzidos no contato com a realidade de trabalho e sua enunciação, nos grupos, mostra as formas como os cooperados ressignificam seu trabalho cotidianamente, em busca de uma boa relação com o mesmo (CERTEAU, 1994).

Todas essas práticas de promoção de saúde construídas espontaneamente pelos trabalhadores nos revelaram que os saberes devem ser respeitados em sua singularidade, sem a pretensão de se estabelecer uma hierarquia entre eles. Com efeito, o “senso comum coletivo” é formado pelas “representações sociais” – que são conceitos, declarações e justificativas criadas durante as interações e comunicações

do dia a dia das pessoas, de forma a nos orientar em nossos mundos sociais e materiais e que nos provém os meios para nos comunicarmos dentro da comunidade. Tais representações são formas válidas de conhecimento com um valor próprio, e não versões diluídas de informações superiores (HERMETO, MARTINS, 2012).

4 Considerações Finais

De início, gostaríamos de destacar que trabalhar em uma cooperativa traz oportunidades raras ao trabalhador, principalmente quando pensamos nas possibilidades que eles têm de decidirem sobre refletir e discutir temas que lhes interessam. Quando propusemos a realização de nosso trabalho, negociamos diretamente com eles essa proposta e obtivemos, diretamente, deles o aceite. Isso por si só evidencia o controle destes trabalhadores sobre a organização de seu trabalho. Contudo, esse fato também revela a responsabilidade que está por traz desse poder de decisão, que cobra do trabalhador envolvimento e comprometimento com os rumos do empreendimento onde trabalha, pois necessita compreendê-lo e organizá-lo. Tais fatos são tendências importantes no sentido da manutenção da saúde mental no trabalho, mas podem se revelar algo que dificulte as relações de trabalho quando não encontram eco no grupo.

Não obstante as conquistas desses trabalhadores, na composição de um ambiente de trabalho alternativo ao tradicional, encontramos, dentro dele, algumas dificuldades comuns às organizações não cooperativas e não solidárias de trabalho. Isso evidencia a reprodução da competição injusta, das dificuldades para a participação na organização do trabalho, entre outras coisas, o que tem como consequência certo prejuízo à saúde do trabalhador, como estamos habituados a ver em ambientes tradicionais de trabalho, como nos apontam muitos dos estudos citados neste trabalho.

Esses fatos, independentemente de suas causas, nos revelam a importância do desenvolvimento de ações que promovam a saúde do trabalhador nestes locais. Contudo, pela natureza dos empreendimentos, essas ações devem encontrar adesão dos trabalhadores, ou seja, eles devem compreender e refletir sobre sua condição para propor intervenções de saneamento dos problemas. Podemos contribuir com muitas coisas, mas qualquer proposta não pode ser implementada sem a prévia aceitação e aprovação da maioria, ou de todos os catadores, em uma assembleia. Ou seja, mesmo diante de uma possível constatação de situações graves, não é possível, dentro de uma cooperativa que busca seguir os princípios da economia solidária, uma intervenção verticalizada, que não respeite a participação das pessoas na construção do futuro do

empreendimento, pois é justamente esse um dos princípios que continuam a sustentar pilares importantes da saúde do trabalhador: a concepção do trabalho.

Dessa forma, por mais que possamos verificar e discutir com os trabalhadores sobre as questões que encontramos, nos cabe somente o papel de consultores e de colaboradores: não podemos, nem devemos assumir um papel decisório neste tipo de intervenção, por mais que acreditemos nas potencialidades de nossos intentos. Essa é uma lição extremamente importante para nós, pois ao trabalhar com grupos como estes, devemos nos colocar em uma posição de simetria nessa relação e negociar nossa colaboração, pois ela provém de uma reflexão parcial da mesma realidade.

Tudo isso, nos leva a pensar que há muito trabalho a ser feito por esses trabalhadores, principalmente, no sentido dos valores que compõem seus objetivos, bem como, que toda a forma de parceria para alcançá-los não deve ser desprezada. Uma organização solidária não é algo evidente na sociedade onde vivemos e a construção dessa possibilidade está longe de ser simples. Entretanto, estes trabalhadores conseguiram grandes avanços para o empreendimento, para o cooperativismo e para a economia solidária, aprendendo e ensinando a enfrentar as dificuldades da manutenção de uma resistência aos rumos políticos e econômicos de nossa sociedade.

Para nós, fica a certeza de um grande aprendizado e a esperança de conseguir multiplicar o que aprendemos, repartindo nossa experiência e divulgando a importância da busca de alternativas como algo possível e concreto.

Referências

ADDOR, F. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. In: **Encontro Internacional de Economia Solidária: educação, política e integração da América Latina NESOL**, 4., v. 1, São Paulo, 2006.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRANCALEONI, A. P. L. e BORGES, A. C. G. Saúde e segurança no trabalho em uma associação de reciclagem de Jaboticabal – SP. **In VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”** de Franca, 2010.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 14 (54), 7-11, 1986.

DEJOURS, C. **Por uma nova visão do sofrimento humano nas organizações**. In.: CHANLAT, J. F. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo, Atlas, 1992.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HERMETO, C., & MARTINS, A. L. **O livro da Psicologia**. São Paulo: Globo, 2012.

LIMA, M. E. A. **Os equívocos da excelência: novas formas de sedução na empresa**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas e velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (4): 797-807, 2005.

NEVES, V. F. A. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, pp. 1-17, 2006.

PAGÉS, M. O. **poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1990.

SATO, L. . A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, M. J. (Org.). O conhecimento no cotidiano - as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SATO, L. Astúcia e ambigüidade: as condições simbólicas para o replanejamento negociado no chão de fábrica. 1997. **Tese (Doutorado em Psicologia)** – USP, São Paulo, 1997.

SATO, L. Prevenção dos agravos à saúde dos trabalhadores: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de Saúde Pública**, 18 (5): 1144- 1166, 2002.

SATO, L. Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade. 2006. 205 f. Tese (**Livre Docência em Psicologia Social e do Trabalho**) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SATO, L. SOUZA, M. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. In.: MATIAS, M. C. M. & ABIB, J. A. D. **Sociedade em transformação**: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. São Paulo: EDUEL, 2007. p. 37-56.

SATO, L. Trabalho: sofrer? constituir-se? resistir? **Psicologia em Revista**, 15 (3): 189-199, 2009.

SATO, L; ANDRADA, C. F.; ÉVORA, I. M. A.; NEVES, T. F. S.; OLIVEIRA, F. As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos do trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. 63 (no. spe.): 1-104, 2011.

SÍCOLI, J. L. Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu. Dissertação (**Mestrado Psicologia Social**) - Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA-JÚNIOR, J. S.; FISCHER. Fatores psicossociais: desafios contemporâneos no campo da saúde mental e trabalho. In: SCHMIDT, M. L. G.; CASTRO, M. F.; CASADORE, M. M. **Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho**: aspectos teóricos, metodológicos, interativos e preventivos. São Paulo: FiloCzar, 2018. p. 11-27.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, E. C. F. de; OLIVEIRA A. G. R. C. da. **O processo saúde-doença**: do xamã ao cosmos. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: Editora da UFRN, 1998.

SPINK, P. K. A organização como um fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do Trabalho. **Psicologia e Sociedade**; n. 8 v. 1, p. 174-192, 1996.

SPINK, P. K. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-Construcionista. *Psicologia e Sociedade*, v. 15, n.2, p. 18-24, 2003.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, edição especial, p. 70-77, 2008.

SPINK, P. K. **Ética na pesquisa científica**. *GV-executivo*, v. 11, n. 1, janeiro-junho, 2012.

Nota: O conteúdo apresentado neste texto foi baseado no trabalho completo apresentado durante o VII CIPSI - CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA – UEM X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEM VII Seminário de Integração do PRO Saúde e PET Saúde XIX Semana de Psicologia da UEM. Para pleitearmos nossa publicação na Revista Laborativa, além das adequações formais da revista, o texto foi reelaborado: novos elementos foram anexados ao texto visando ampliar sua profundidade analítica. O trabalho respeitou todos os aspectos éticos estando em conformidade com a Resolução nº 510/2016 sobre a ética na pesquisa em ciências humanas e sociais.

Texto apresentado em: 26/06/2019

Aprovado em: 16/09/2019

Versão final apresentada em: 19/08/2019